



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2016. (do Poder Executivo)

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO

Dê-se às alíneas “c” e “e”, do inciso II, do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, constante do art. 14 do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 20

.....

II -

c) 48,9 (quarenta e oito inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo;

e) 0,1% (um décimo por cento) para a Defensoria Pública Estadual.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A repartição de limites proposta entre o Poder Executivo e a Defensoria Pública estaduais (48,3% e 0,7%) não corresponde à realidade de alguns entes federados, e contrária ao objetivo de contenção de gastos que guia o restante do

projeto. Além disso, não foi debatida com os representantes dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária, para consultar quanto ao impacto sobre o Poder Executivo.

A título de exemplo, no caso do Estado do Paraná, o limite de 0,7% da receita corrente líquida permitiria uma margem de expansão nas despesas de pessoal da Defensoria Pública estadual de 633%, enquanto a distribuição nos percentuais propostos representaria uma redução de mais de R\$ 200 milhões anuais no limite de despesa de pessoal do Poder Executivo, impacto este que não pode ser absorvido.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

Deputado Luiz Carlos Hauly
PSDB-PR